9 — Classificação final — a classificação final das provas resulta da aplicação dos métodos de selecção, expressa de 0 a 20 valores, efectuada através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{[(3 \times AC) + (2 \times EPS)]}{5}$$

em que:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

9.1 — A avaliação curricular será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{[(2 \times CS) + (2 \times HA) + (2 \times EP) + (2 \times FP)]}{8}$$

em que:

CS = classificação de serviço;
HA = habilitações literárias;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional.

As regras a observar na valorização dos diversos factores são as seguintes:

9.1.1 — Classificação de serviço — a classificação de serviço será ponderada através do dobro da sua expressão quantitativa relativa à média aritmética das somas das classificações obtidas nos anos de 2004, 2005 e 2006, conforme a seguinte fórmula:

$$CS = [(CS2004 + CS2005 + AD2006)/3] \times 2$$

Tendo em conta que a nova metodologia da avaliação do desempenho ainda não foi aplicada neste município, a avaliação do ano de 2006 será feita aos respectivos funcionários por ponderação curricular, expressa na escala de 0 a 10 valores, devendo ser requerida ao júri do concurso, nos termos do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, que regulamenta a Lei n.º 10/2004, aplicada à administração local pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PC = \frac{(HA + FP + EP)}{3}$$

sendo:

PC = ponderação curricular;
HA = habilitação académica;
FP = formação profissional;
EP = experiência profissional.

Ponderação curricular do ano de 2006:

Habilitações literárias:

Habilitações literárias exigidas para o efeito — 3 valores;
Habilitação de grau superior à anteriormente referida — 5 valores;

Formação profissional:

Formação profissional até um dia — 0,2 pontos cada;
Formação profissional até uma semana — 0,4 pontos cada;
Formação profissional superior a uma semana — 1 ponto cada;

Experiência profissional:

Actividades de maior relevância relacionadas com a relação funcional do lugar a prover:

Desenvolvimento de funções/actividades iguais à categoria a que concorre — 3 valores;
Desenvolvimento de funções/actividades superiores à categoria a que concorre — 5 valores.

O desenvolvimento destas funções/actividades deverá ser devidamente comprovado.

Os resultados obtidos em cada factor de ponderação serão sempre graduados de 0 a 5 valores.

9.1.2 — Habilitações literárias:

Habilitação mínima exigível — 18 pontos;
Habilitação acima do mínimo exigível — 20 pontos.

9.1.3 — Experiência profissional — a determinação da pontuação da experiência profissional será efectuada com o máximo de 20 pontos, sendo a pontuação do exercício de funções públicas feita em anos completos (ano = 365 dias) mediante a aplicação da seguinte fórmula:

> 15 anos — 20 pontos;
> 10 anos — 15 pontos;
≥ 3 anos — 12 pontos;

$$EP = \frac{[(AFP \times 2) + (ACA \times 2) + (AC \times 3)]}{7}$$

em que:

AFP = antiguidade na função pública;
ACA = antiguidade na carreira actual;
AC = antiguidade na categoria.

9.1.4 — Formação profissional — serão ponderadas acções ou cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, participação em colóquios, palestras, reuniões de aperfeiçoamento profissional nos últimos três anos:

Formação profissional até um dia — 0,5 pontos cada;
Formação profissional até uma semana — 1 ponto cada;
Formação profissional superior a uma semana — 2 pontos cada.

9.2 — Entrevista profissional de selecção — cada factor de apreciação integrante da entrevista profissional de selecção será pontuado de 0 a 20 pontos, após o que se procederá ao cálculo da sua média aritmética que constituirá a pontuação final da mesma entrevista, conforme ficha auxiliar a elaborar pelo júri.

Serão apreciados a atitude profissional (sentido de responsabilidade e motivação), a facilidade de comunicação e expressão (clara, ordem e método) e o conhecimento das tarefas inerentes ao conteúdo funcional do lugar a prover, ponderados do seguinte modo:

Favorável preferencialmente — de 18 a 20 pontos;
Bastante favorável — de 14 a 17 pontos;
Favorável — de 10 a 13 pontos;
Favorável com reservas — de 5 a 9 pontos;
Não favorável — de 0 a 4 pontos.

10 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos, sem prejuízo de recurso aos meios de publicitação expressos nos artigos 34.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Vereador Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.
Vogais efectivos:

Director de departamento Técnico Municipal, Dr. José Pedro Vieira Almeida, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria Isabel Silvestre Mariano, chefe de divisão Administrativa e Jurídica.

Vogais suplentes:

Dr. Rui Pedro Ferreira Valente, chefe de divisão Financeira.
Amélia de Matos Tavares Gomes, chefe de divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, José António Bastos da Silva.

2611036877

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Aviso n.º 14 499/2007

António José Zamith Rosas, vereador do Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Vila Verde, faz saber, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que está aberto um período de discussão pública relativo ao pedido de alteração ao loteamento urbano, titulado pelo alvará n.º 26/87, em nome de Fábrica da Igreja Paroquial de Prado Santa Maria, sito no lugar de Gradal, freguesia da Lage, concelho de Vila Verde.

O período de discussão pública terá o seu início no 8.º dia a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* e a sua duração será de 20 dias.

O pedido de licenciamento de operações de loteamento urbano e respectivo processo encontra-se disponível, para consulta, no Departamento Municipal de Desenvolvimento deste município, durante o normal horário de expediente.

Para conhecimento geral se publicita o presente aviso através de publicação em jornal de âmbito nacional e no *Diário da República*.

30 de Julho de 2007. — O Vereador do Planeamento, Urbanismo e Ambiente, *António José Zamith Rosas*.

2611037167

CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

Aviso (extracto) n.º 14 500/2007

Caducidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

José Baptista Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, que, ao abrigo da alínea a) do artigo 384.º do Código do Trabalho, cessou o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado com António Manuel Fernandes, no dia 30 de Junho de 2007.

20 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*.

2611037150

Aviso (extracto) n.º 14 501/2007

José Baptista Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público que, por despacho de 28 de Junho de 2007, concedeu licença sem vencimento pelo período de 90 dias a José António Ataíde do Fundo, funcionário do quadro privativo de pessoal desta Câmara Municipal, com a categoria de operário qualificado principal, electricista, ao abrigo do disposto no artigo n.º 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2007.

23 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*.

2611037153

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

Aviso (extracto) n.º 14 502/2007

Rescisão de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Hermínio Loureiro de Magalhães, vereador da Câmara Municipal de Viseu, no uso da competência delegada, para cumprimento do disposto no n.º 1, alínea b), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna público que, por despacho de 25 de Julho de 2007, autorizou a rescisão do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrado com Sónia Teresa de Jesus Figueiredo, auxiliar de serviços gerais, a partir 28 de Julho de 2007.

26 de Julho de 2007. — O Vereador, em regime de permanência, *Hermínio Loureiro de Magalhães*.

2611036867

JUNTA DE FREGUESIA DE AZINHAL

Aviso n.º 14 503/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de auxiliar de serviços gerais

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 2 de Julho de 2007, nomeei provisoriamente a candidata classificada em 1.º lugar no concurso referido em epígrafe, Anabela Maria Afonso Pereira da Palma.

A candidata deverá tomar posse no prazo máximo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

20 de Julho de 2007. — O Presidente, *António Baltazar*.

2611037386

JUNTA DE FREGUESIA DO BEATO

Aviso n.º 14 504/2007

Exoneração de funcionária do quadro de pessoal

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, a pedido da funcionária Ana Isabel Torráo Pepe Costa, com a categoria de assistente administrativa, do quadro de pessoal desta autarquia, foi-lhe concedida a exoneração com efeitos a 22 de Junho de 2007.

29 de Junho de 2007. — O Presidente, *Hugo Filipe Xambre Bento Pereira*.

2611037127

JUNTA DE FREGUESIA DE MINDE

Aviso n.º 14 505/2007

O funcionário desta autarquia Américo Nogueira Matias, canteiro de limpeza do quadro de pessoal, portador do bilhete de identidade n.º 5588628, emitido em 5 de Dezembro de 2000, foi presente à junta médica da ADSE, cujo despacho foi de se apresentar ao serviço em 2 de Julho de 2007. Este funcionário apresentou novo atestado médico, contrariando o estipulado pelo n.º 5 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, entrando em licença sem vencimento de longa duração.

30 de Julho de 2007. — O Presidente, *António Augusto Fresco*.

2611036874

JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO BISPO

Aviso n.º 14 506/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de operário/pedreiro

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo de 23 de Julho de 2007, foi nomeado para o lugar do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de operário/pedreiro o candidato Hélder Joaquim Caldeira Aldinhas, na sequência do concurso acima mencionado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 75, de 17 de Abril de 2007, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.)

23 de Julho de 2007. — A Presidente, *Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio*.

2611037221

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANGRA DO HEROÍSMO

Aviso n.º 14 507/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 26 de Julho de 2007, e no uso da competência delegada na gestão de pessoal, o fiel de armazém José João Vieira Campos, escalão 5, índice 194, foi reclassificado na categoria de assistente administrativo, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, ficando posicionado no escalão 1, índice 199, do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública. O funcionário está dispensado do período probatório a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

O funcionário deverá proceder à aceitação da nomeação do lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Elmiro Carreira Mendes*.

2611037494